

O OITAVO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO RURAL EM MATO GROSSO – 1937-1945

1-CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

A partir do final do século XIX e início do século XX, com o advento da República, o Brasil vivenciou um novo regime, marcado por inúmeras transformações, a começar pela urbanização, a construção de ferrovias, a expansão das exportações e a consolidação das indústrias, entre outras. Concomitantes com as preocupações em relação ao progresso econômico e urbano, vários problemas e revoltas emergiam da área social e educacional, assim, outro fator preocupante no Brasil era o ensino primário e a alfabetização da população.

Neste período, o debate sobre a construção da identidade nacional brasileira e o desenvolvimento socioeconômico do país passou a fazer parte dos debates no movimento intelectual da época. No interior deste contexto, a educação emergiu como requisito indispensável para assegurar tais pretensões, pois, além de contribuir com a civilização e formação da nação brasileira, viabilizaria o próprio progresso e modernização do país.

Consequentemente, eis que do projeto liberal republicano, surgem os Grupos Escolares, com o objetivo de estabelecer um modelo escolar que pudesse por em prática os ideários da República. Os Grupos Escolares constituíram-se como escolas graduadas e representaram um novo modo de organização, ensino e cultura escolar primária, a partir de um sistema mais complexo, moderno e racional. Este modelo concentrava em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando o ensino em torno de séries escolares que correspondiam ao ano civil. Assim, o aluno concluía cada ano de acordo com a sua aprovação ou reprovação mediante exame final.

Os Grupos Escolares, representavam a escolarização da infância por meio de “ um modelo que foi sendo disseminado por todo o país, tendo conformado a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nas quatro séries do que hoje se denomina ensino fundamental.” (SAVIANI, 2007, p.175).

De acordo com Vidal (2006), os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que regulou não apenas o comportamento cotidiano de professores e alunos no interior das instituições escolares, mas disseminou valores e

normas sociais e educacionais, assumindo especialmente nas quatro primeiras décadas republicanas, a posição de ‘escola de verdade’ a uma parte da sociedade brasileira, para a qual funcionou como símbolo de coesão e *status* social.

“A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político.” (SOUZA, 1998, p.241).

Várias mudanças foram introduzidas pelos Grupos Escolares, que também inauguraram uma organicidade e hierarquia funcional à escolarização. A partir deles, a instituição escolar passou a ser regulada pela introdução da figura do diretor; as classes heterogêneas com alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem foram substituídas por um ensino seriado e sequencial, assim, cada série passou a ficar sob a autoridade única de um professor.

No Brasil, a criação dos Grupos Escolares acompanhou as tendências de países europeus e principalmente dos Estados Unidos. Construídos como verdadeiros “templos de civilização e do saber” (SOUZA, 1998), como “Escolas-monumento” (VIDAL e FARIA FILHO, 2005) ou “Palácios da instrução” (REIS, 2003), os Grupos Escolares erigiram-se como escolas-modelo, ou melhor, como possibilidades de reforma social e difusão do ensino primário e da educação popular no país. Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa pretende ser apreender a cultura escolar no processo de institucionalização do ensino público primário no Sul do antigo Mato Grosso caracterizado pela implantação do modelo organizacional de Grupos Escolares e a escolarização da infância no sul do Mato Grosso. Os objetivos específicos serão - Investigar e conhecer o processo de criação e institucionalização do ensino primário no interior do Sul do antigo Estado de Mato Grosso; - Descrever e caracterizar os métodos pedagógicos, a estrutura organizacional, bem como os tempos e espaços escolares e sociais referentes aos Grupos Escolares do antigo sul do Mato Grosso;- Identificar e refletir sobre as contribuições e contradições da política educacional republicana, mediada pela implantação dos grupos escolares, enquanto expressão de um movimento histórico-educacional brasileiro a favor da escola pública primária; - Contribuir para a escrita da história da educação no interior do Sul do antigo Estado de Mato Grosso.

3- METAS E RESULTADOS ESPERADOS

Institucionalizar os estudos referentes à história, memória e a documentação no contexto da universidade pública em Dourados.

Oferecer subsídios para desenvolvimento de um trabalho de natureza interdisciplinar no sentido de integrar as áreas de História e Educação;

Fomentar pesquisas de natureza interinstitucional unindo esforços com a Unesp, campus de Araraquara..

4-ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

. Pode-se dizer que, a pesquisa em tela se insere no referencial teórico da Nova História Cultural, que se apresenta como nova por expressar novos problemas, novas abordagens e novos objetos. Considera que não existe uma única versão dos fatos, assim, nas palavras de Chartier (1988), a história cultural, tal como se entende neste estudo, tem por principal objeto identificar o modo como em “diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos.”

Deste modo, para a compreensão e análise das questões estudadas pela História Cultural, a referida pesquisa trilha inicialmente os caminhos e contribuições de teóricos como: Le Goff (2004); Hunt (2001); Certeau (2002, 2005), Chartier (1988); Burke (2005); Falcon (2002).

Por conseguinte, para tratar das questões educativas propriamente ditas, com enfoque numa história sociocultural da educação, tomaremos como pressupostos os teóricos que são expoentes no que tange ao estudo sobre a história da educação brasileira, a história da educação na República, a história de instituições, os grupos escolares, bem como, a cultura, as práticas, os tempos e os espaços escolares: Vidal (2000, 2003, 2005, 2006, 2009); Faria Filho (2000, 2003, 2005, 2006); Souza (1998, 2006, 2008) Bencostta (2001), Castanho (2007); Magalhães (2004).

Vidal e Faria Filho (2005) nos apontam que, ao analisar o processo de escolarização primária no Brasil, atentando para questões referentes aos espaços e tempos escolares e sociais (e os métodos pedagógicos), temos a possibilidade de interrogar o processo histórico de sua produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades *de fazer a e do fazer-se da* escola e de seus sujeitos. Haja vista que, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca para delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de

anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar.

Além disso, para o conhecimento, discussão e análise das questões educacionais específicas da região, tomaremos como referência os trabalhos pioneiros de: Reis (2003, 2006), Oliveira (2009), Sá Rosa (1990), Marcilio (1963).

Não obstante, dentre as formas de se pesquisar a história das instituições escolares, se encontra o estudo da cultura escolar, uma das propostas desta pesquisa.

Ademais, a partir de Julia (2001), para o entendimento do objeto proposto, três eixos servirão como vias interessantes a serem seguidas: a primeira via seria a investigação e análise das normas e finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador, pois na análise histórica da cultura escolar, é fundamental estudar como e sobre quais critérios foram recrutados os professores de cada nível escolar: De onde eles vieram? Que formação eles tinham? Quais são os saberes e o *habitus* requeridos de um professor? E a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares.

Nessa perspectiva, a história passou a ampliar seus horizontes, propondo novos universos a serem trabalhados pela historiografia. Assim, concordamos com Souza e Faria Filho (2006), que defendem a utilização da História Cultural como abordagem para pesquisar os grupos escolares, sua cultura e questões educativas, valorizando os processos de escolarização, as relações entre práticas e discursos e a escola como objeto historiográfico. Além disso, outra característica positiva é a variedade de fontes de pesquisa: nos arquivos públicos, a atenção é redobrada em busca de pistas e sinais sobre a vida escolar, possibilitando a exploração de documentação antes ignorada, como: relatórios de professores, diretores de grupos escolares e de inspetores de ensino; provas de alunos; processos administrativos, atas de concurso, orientações didáticas elaboradas pelos órgãos administrativos; ofícios, correspondências, entre outros. O olhar pode se debruçar ainda sobre os periódicos educacionais, a imprensa (jornais locais e de circulação regional/nacional), livros e manuais escolares, enfim, sobre a diversidade dos impressos. Outras possibilidades de perseguir os rastros do cotidiano das instituições educativas são viabilizadas por outros documentos administrativos e pedagógicos que compõem o arquivo escolar (quando preservados): livros de matrícula, livros-ponto, de licenças, de termos de compromisso, livros de apontamentos sobre o pessoal, livros de

chamada, de ata de fundação, de atas de exames finais, de nomeação e licenças, de termos de vista de inspetores, mapas de movimento, inventários e correspondências oficiais. Ainda, livros comemorativos, recortes de jornais, atas de reuniões de professores, do Conselho, de estudos; dados sobre o patrono; Regimento Escolar e planejamento de curso; fotografias, vídeos, comemorações cívicas, dentre outros.

5-PLANO DE EXECUÇÃO

- **Levantamento e pesquisa bibliográfica;**

- **Pesquisa de dados históricos, legislação e fontes documentais:** documentos oficiais (Decretos, Leis, correspondências, ofícios, Regulamento da Instrução Pública Primária, Regimento Interno para os Grupos Escolares do Estado do Mato Grosso), acervos de arquivos escolares, arquivos públicos e privados;

- **Análise documental:** baseada em consultas realizadas em acervos de fontes primárias referentes a implantação dos Grupos Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso e dos grupos escolares da região tais como: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, **Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul; NEPPI/UCDB; etc.**

6-PROPOSTA DE ATIVIDADES DIDÁTICAS

Para o conjunto das atividades a serem desenvolvidas no Estágio de Pós-Doutoramento incluo as propostas didáticas de orientação desde a graduação até a pós-graduação, o que proporciona a articulação da a graduação com a pós-graduação. Nesse sentido tenho como objetivo orientar na graduação e no Programa de Pós –Graduação da Unesp, e também e ministrar disciplinas que estejam vinculadas a minha formação como Pedagoga e articuladas a minha pós-graduação em Educação, tais como história da educação, formação de professores, cultura escolar e todos os fundamentos de educação relacionados a formação do futuro professor.

Além dessas propostas, acredito que o Programa de Pós-Graduação deva ter sua autonomia para solicitar do Estagiário de Pós- Doutoramento a contribuição nas atividades didáticas que o Programa esteja necessitando na ocasião do desenvolvimento do Estágio de pós-doutoramento, o que com certeza irá contribuir para meu desenvolvimento como docente do ensino superior.

ANA PAULA GOMES MANCINI